

**EDITAL 01-CAEST/DDE/PC - ELEIÇÕES DO GRÊMIO ESTUDANTIL DO IFPB
CAMPUS PICUÍ - ANO DE 2025**

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 01 – O presente Regimento será aplicado pela Comissão Eleitoral no período das eleições para ao Grêmio estudantil do IFPB – Campus PICUÍ no ano de 2025.

Art. 02 – Regimento deverá ser respeitado pelas chapas concorrentes e este cumprido pela comissão eleitoral.

Art. 03 – período de inscrições de chapas será do dia 01 a 07 de abril de 2025, através do link: (<https://forms.gle/1w53UV3rtSfMvtNA9>).

Parágrafo I: Em caso de não inscrição de chapas, o período de inscrição será estendido por mais 03 (três) dias. Na hipótese de apenas uma chapa ter sido inscrita no novo período, concorrerá a mesma chapa, sem prorrogação do prazo.

Parágrafo II: O DCE é o órgão responsável pelo processo educacional e formador das chapas que se inscreverem ao pleito. A comissão eleitoral é responsável pela organização e execução do processo de consulta.

Art. 04 – O período de divulgação e **campanha das chapas iniciará às 13 horas do dia 10 de abril de 2025 até às 00:00 horas do dia 23 de abril de 2025, sendo proibida campanha eleitoral no dia da eleição**, caso ocorra, será considerada como descumprimento das normas estabelecidas pela Comissão, resultando na devida punição a ser decidida pela Comissão Eleitoral.

Art. 05 – O debate ocorrerá conforme divulgação do cronograma. Sua realização deverá ocorrer entre os intervalos da manhã (9:30 às 10:30).

Art. 06 – A eleição acontece no dia **24 de abril de 2025 de 08:00h às 16h**

Art. 07 – Reuniões entre a Comissão Eleitoral e as chapas concorrentes poderão ser marcadas em datas definidas pela Comissão.

Art. 08 – As Urnas serão separadas por curso, ficando no local da eleição nos momentos de votação e de apuração dos votos.

Art. 09 – O voto será realizado através de cédulas devidamente assinadas pelos mesários e presidentes de cada seção.

Art. 10 – Poderão votar todos os estudantes do ensino técnico integrado ao ensino médio, regularmente matriculados no IFPB – Campus PICUÍ, mediante a apresentação de documento oficial com foto.

Art.11 – A mesa só liberará para a votação, após certificar-se da identificação do estudante.

Parágrafo Único: A assinatura deverá ser legível e completa, sem abreviações.

Art. 12 – As seções serão compostas por estudantes voluntários que serão designados no decorrer do pleito.

Parágrafo único: Durante a votação é necessário que pelo menos dois representantes da comissão eleitoral estejam presentes em todo o período de votação delimitado no Art. 6 deste regimento.

Art. 13 – Após o encerramento da votação, imediatamente será feita a contagem de votos e será declarada a chapa vencedora.

Parágrafo Único: A contagem dos votos terá a presença da Comissão Eleitoral e um fiscal designado pela chapa e os candidatos a presidente. Parágrafo Único: O ato da contagem será exercido por um presidente de seção e mais dois mesários delegados pela Comissão eleitoral.

CAPÍTULO II - DA FORMAÇÃO DAS CHAPAS

Art. 14 – As chapas serão compostas por 11 cargos, cada qual com sua atribuição, sintetizadas a seguir:

- a) Presidente: Representante do grêmio dentro e fora da Instituição, responsável por convocar e presidir as assembleias gerais de alunos do campus e demais funções inerentes ao cargo.
- b) Vice- presidente: Auxiliar o Presidente no exercício de suas funções, substituir o mesmo em casos de ausência, impedimento ou vacância do cargo e demais funções inerentes ao cargo.
- c) Secretário: Fazer o registro em ata de todas as atividades da Diretoria do Grêmio, organizar toda a documentação referente à entidade e demais funções inerentes ao cargo.
- d) Subsecretário: Fazer o registro em ata de todas as atividades da Diretoria do Grêmio, organizar toda a documentação referente à entidade, substituir o Primeiro secretário nos casos de ausência eventual ou impedimento temporário e nos casos de vacância do cargo e demais funções inerentes ao cargo.
- e) Primeiro Tesoureiro: Manter em dia a prestação de contas de todo movimento financeiro do Grêmio e demais funções inerentes ao cargo.

f) Segundo Tesoureiro: Manter em dia a prestação de contas de todo movimento financeiro do Grêmio, substituir o Primeiro Tesoureiro nos casos de ausência eventual ou impedimento temporário e nos casos de vacância do cargo e demais funções inerentes ao cargo.

g) Diretor de assuntos estudantis: Intermediar, auxiliar e orientar os estudantes com problemas na Instituição, informar os estudantes de decisões relacionadas com eles e demais funções inerentes ao cargo.

h) Diretor de comunicação: Responde por toda a comunicação da Diretoria do Grêmio Estudantil com os sócios, parceiros e comunidade, colocar em prática os órgãos oficiais de comunicação do Grêmio (rádio, jornal, facebook, etc) e demais funções inerentes ao cargo.

i) Diretor de esportes e cultura: Promover atividades esportivas e culturais para os alunos, incentivar a prática dos esportes, organizar campeonatos dentro e fora da escola e a criação de núcleos artísticos e outras atividades de natureza cultural e demais funções inerentes ao cargo.

j) Diretor de Articulação social: Promover junto à direção da Instituição eventos e atividades diversas que beneficiem o corpo estudantil e demais funções inerentes ao cargo.

k) Diretor de meio ambiente: Promover a realização de palestras, exposições e concursos, sobre meio ambiente, manter relações com entidades de meio ambiente e demais funções inerentes ao cargo.

Art. 15 – Será indeferida a inscrição que não contiver o número de membros necessários conforme o Art. 14.

Parágrafo I: É obrigatório para formação da chapa ter a presença de no mínimo um

estudante de cada curso técnico integrado e que estejam cursando até a 3ª série.

Parágrafo II: É obrigatório a presença de no mínimo 5 representações femininas.

Art. 16 – Qualquer alteração dos componentes da chapa deverá passar por análise prévia da comissão eleitoral mediante justificativa.

CAPÍTULO III - DAS IRREGULARIDADES E PUNIÇÕES

Art. 17 – São consideradas irregularidades:

Faltas Grave:

- a) Fazer propaganda político- partidária externa;
- b) Acusar ou insinuar sem provas, fatos que venham a prejudicar a imagem ou a integridade da pessoa ou chapa concorrente;
- c) Desrespeitar os critérios e períodos estabelecidos por este Regimento Interno;
- d) Negar informações sobre a Candidatura, propostas e objetivos;
- e) Tomar para si, propostas oficialmente declaradas por chapas concorrentes.

Faltas Gravíssimas:

- a) Agredir física ou verbalmente, tanto pessoal ou coletivo os integrantes da Comissão Eleitoral, fiscais, concorrentes ao grêmio ou qualquer estudante da instituição, em qualquer local ou meio de comunicação.
- b) Promover motins ou causar desordem estudantil motivados injustificadamente pelo processo eleitoral.
- c) Compra de votos (Prática de adquirir votos em troca de bens ou vantagem de qualquer natureza);
- d) Boca de urna (Ação de fazer propaganda eleitoral nas proximidades das seções eleitorais) no dia de votação;
- e) Tentar ou corromper a comissão eleitoral, através de

- suborno ou atributos semelhantes;
- f) Descumprimento de determinação estabelecida pela Comissão Eleitoral.

Art. 18 – Punições:

- a) A comissão eleitoral se reunirá e avaliará o teor do fato e, por maioria simples, decretará a sentença a ser aplicada, fazendo-se pública por meio de nota.
- b) Caso seja a comissão, o foco da acusação, o fato deverá ser levado para avaliação na Assembléia Geral do CRT juntamente ao DCE.
- c) As punições relativas às chapas variam entre:
- Faltas Graves – Exclusão do membro envolvido, da chapa eleitoral.
- Faltas gravíssimas – Impugnação da chapa.

CAPÍTULO IV - DA CAMPANHA

Art. 19 – A propaganda eleitoral será permitida no recinto escolar, redes sociais e outros locais públicos respeitando as normas estabelecidas por esta Comissão Eleitoral.

Art. 20 – É permitido colocar faixas e/ou cartazes somente em locais pré estabelecidos pela Comissão Eleitoral e Direção do campus..

Art. 21 – Impressos de propaganda eleitoral podem ser livremente distribuídos, mas são de responsabilidade da chapa e sujeitos às regras da campanha. O Campus não disponibiliza nenhum tipo de material para confecção de propaganda das chapas.

Art. 22 – A propaganda mencionará sempre o nome da chapa.

Art. 23 A propaganda não poderá conter imagens, nome ou qualquer outra forma de menção às chapas concorrentes.

Art 24 – As chapas se revezarão na campanha em sala de aula, devendo sempre pedir autorização do professor em sala, respeitando o calendário escolar, o calendário eleitoral da campanha estabelecida pela Comissão Eleitoral e as atividades pré programadas pelo campus.

Art.25 – Será considerada propaganda irregular:

- a) De instigação à desobediência às Normas Didáticas e/ou Disciplinares da Instituição.
- b) Que implique oferecimento, promessa ou solicitação de dinheiro, ou vantagem de qualquer natureza.
- c) Que prejudique o patrimônio público do campus.
- d) Que caluniar, difamar ou injuriar qualquer pessoa, do corpo discente, docente, técnico, servidores terceirizados e qualquer outro cidadão.

Art. 26 – Não é permitido fazer propaganda eleitoral mediante alto-falantes ou amplificadores de som.

Art. 27 – É vetada a confecção e utilização de camisetas, bonés, ou quaisquer outros bens ou materiais que possam proporcionar vantagem ao eleitor.

Art. 28 – Será permitida campanha na internet sujeita às mesmas regras citadas acima, exclusivamente através da criação de páginas no Facebook/Instagram das chapas candidatas. Qualquer outra propaganda feita neste âmbito que não respeitar estas normas, resultará em falta com penalidade cabível decidida pela Comissão Eleitoral.

CAPÍTULO V - DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 29 – Cada chapa deverá designar um fiscal para acompanhar os trabalhos da

mesa, organização da(s) fila(s), Urna e lavramento assinado como testemunha, e procedimentos diversos, cabendo os mesmos comunicarem à Comissão, ou diretamente à mesa.

Art. 30 – É vetada a “boca de urna” próxima ao local de votação, e proibida no dia da eleição, a entrega de panfletos, apitos, cornetas ou qualquer adereço que cause poluição sonora ou visual.

Art. 31 – A Comissão tem total autonomia para avaliar as denúncias e irregularidades das chapas concorrentes ou de membro da mesma, sendo ela que decretará a sentença de acordo com o presente Regimento e Estatuto do Grêmio.

Art. 32 – Caso a Comissão se dissolva a menos dos 50%, as decisões deverão ser tomadas pela diretoria do CRT – Conselho dos Representantes de Turma, que ficará responsável pela criação de uma nova Comissão Eleitoral, de acordo com seu estatuto.

Art. 33 – A Comissão Eleitoral é soberana, e imune às suas decisões, até que se prove o contrário. O descumprimento de suas decisões, os critérios aqui estabelecidos, implicará na punição cabível.

Art. 34 - A documentação referente à eleição ficará no campus, junto a COPAE (Coordenação Pedagógica de Apoio ao Estudante), sob a guarda da presidência da Comissão Eleitoral.

Art. 35 – Em caso de empate entre as chapas concorrentes no primeiro turno acontecerá um segundo turno, uma nova votação será realizada para decidir qual deles vai assumir o cargo.

Parágrafo Único: Em caso de empate a Comissão Eleitoral divulgará um novo cronograma de consulta.

Art. 36 – Qualquer caso omissos ou não regulamentado neste regimento será resolvido

pela Comissão Eleitoral.

CRONOGRAMA:

ETAPA:	PERÍODO:
Inscrições	01 a 07 de abril de 2025.
Interposição de recursos	08 de abril de 2025.
Análise dos recursos e resultado final e homologação	09 de abril de 2025.
Campanha eleitoral	10 a 23 de abril de 2025.
Debate	23 de abril de 2025. (09:30h às 10:30h).
Eleições	24 de abril de 2025. (08:00h às 16:00h)
Resultados	25 de abril de 2025.
Posse	30 de abril de 2025.

COMISSÃO ELEITORAL 2025